

**Companhia de Geração
Térmica de Energia Elétrica**

**Demonstrações financeiras intermediárias
condensadas em 30 de junho de 2014**

Sumário

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais intermediários condensados	03
Demonstração intermediária condensada do resultado	04
Demonstração intermediária condensada do resultado abrangente	05
Demonstração intermediária condensada das mutações do patrimônio líquido	06
Demonstração intermediária condensada dos fluxos de caixa	07
Demonstração intermediária condensada do valor adicionado	08

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas

1	Informações gerais	9
2	Desempenho operacional (*)	11
3	Das concessões de serviço público de energia elétrica	12
4	Apresentação das demonstrações financeiras	15
5	Caixa e equivalentes de caixa	16
6	Clientes	16
7	Tributos a recuperar	17
8	Direito de ressarcimento – CCC / CDE	20
9	Almoxarifado	21
10	Imobilizado	21
11	Intangível	23
12	Fornecedores	23
13	Financiamentos e empréstimos	24
14	Tributos e contribuições sociais a recolher	25
15	Encargos setoriais	26
16	Obrigações estimadas	26
17	Provisão para contingências	26
18	Benefícios pós-emprego	30
19	Remuneração aos acionistas	31
20	Adiantamento para futuro aumento de capital	31
21	Outros passivos	32
22	Imposto de renda e contribuição social	32
23	Patrimônio líquido	34
24	Receita operacional líquida	34
25	Custos e despesas operacionais	35
26	Resultado financeiro	36
27	Remuneração do pessoal-chave da administração	37
28	Instrumentos financeiros	37
29	Estimativa do valor justo	38
30	Gestão de capital	39
31	Gestão de risco financeiro	39
32	Análise de sensibilidade	42
33	Saldos e transações com partes relacionadas	43
34	Compromissos operacionais de longo prazo	44
35	Seguros	46

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Balancos patrimoniais intermediários condensados em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais

ATIVO	Nota	30/06/2014	31/12/2013	PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	Nota	30/06/2014	31/12/2013
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.673	17.103	Fornecedores	12	217.812	208.185
Clientes	6	62.134	72.854	Financiamentos e empréstimos	13	293.666	271.350
Tributos a recuperar	7	19.649	26.720	Tributos e contribuições sociais a recolher	14	17.492	9.098
Direitos de ressarcimento - CCC / CDE	8	91.250	31.793	Obrigações estimadas	16	13.760	20.442
Almoxarifado	9	84.728	113.942	Encargos setoriais	15	3.147	12.308
Outros ativos		5.141	10.962	Provisões para contingências	17	26.541	23.654
Total do circulante		<u>288.575</u>	<u>273.374</u>	Benefícios pós-emprego	18	2.709	3.346
				Remuneração aos acionistas	19	62.684	59.687
				Outros passivos	21	16.030	24.889
				Total do circulante		<u>653.841</u>	<u>632.959</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Financiamentos e empréstimos	13	1.575.088	1.304.622
Tributos a recuperar	7	19.741	19.741	Benefícios pós-emprego	18	1.696	1.696
Almoxarifado	9	38.002	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	20	20.347	6.218
Depósitos judiciais	17	11.560	11.954	Provisão para passivo atuarial		29.929	29.929
		<u>69.303</u>	<u>31.695</u>	Total do não circulante		<u>1.627.060</u>	<u>1.342.465</u>
				Total do passivo		<u>2.280.901</u>	<u>1.975.424</u>
				PASSIVO A DESCOBERTO			
Imobilizado	10	1.547.949	1.570.907	Capital social	23.1	845.510	845.510
Intangível	11	1.553	1.720	Reserva de lucros	23.2	2.596	2.596
Total do não circulante		<u>1.618.805</u>	<u>1.604.322</u>	Ajustes de avaliação patrimonial		(56.605)	(56.605)
				Prejuízos acumulados		(1.165.022)	(889.229)
				Total do passivo a descoberto		<u>(373.521)</u>	<u>(97.728)</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.907.380</u>	<u>1.877.696</u>	TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO		<u>1.907.380</u>	<u>1.877.696</u>

As notas explicativas selecionadas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração intermediária condensada do resultado Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	30/06/2014	2º trimestre de 2014	30/06/2013	2º trimestre de 2013
Receita operacional líquida	24	158.919	83.938	113.139	63.728
Custos e despesas operacionais	25	(338.889)	(197.774)	(359.347)	(147.800)
Energia elétrica comprada para revenda		(125.993)	(85.610)	(122.259)	(280)
Encargos de uso da rede de transmissão		(14.172)	(7.169)	(12.162)	(6.172)
Pessoal		(57.637)	(30.785)	(94.340)	(67.580)
Material		(45.932)	(25.679)	(44.700)	(22.604)
Serviço de terceiros		(47.168)	(28.447)	(29.511)	(13.869)
Depreciação e amortização		(36.487)	(18.096)	(36.182)	(18.435)
Combustíveis para produção de energia		(63.607)	(31.416)	(93.812)	(43.452)
(-) Recuperação de despesas - subvenção de combustíveis		58.151	29.076	88.418	40.879
Outros		(6.044)	352	(14.799)	(16.287)
Resultado do serviço de energia elétrica		(179.970)	(113.836)	(246.208)	(84.072)
Outras receitas/despesas		4.536	69	217	196
Resultado financeiro	26	(100.359)	(49.084)	(33.731)	(7.643)
Receita financeira		28.561	5.840	38.529	27.769
Despesa financeira		(128.920)	(54.924)	(72.260)	(35.412)
Prejuízo operacional antes dos impostos		(275.793)	(162.851)	(279.722)	(91.519)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-
Prejuízo do período		(275.793)	(162.851)	(279.722)	(91.519)

As notas explicativas selecionadas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração intermediária condensada do resultado abrangente
Períodos de três e de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/06/2014</u>	<u>2º trimestre de 2014</u>	<u>30/06/2013</u>	<u>2º trimestre de 2013</u>
Prejuízo do período	<u>(275.793)</u>	<u>(162.851)</u>	<u>(279.722)</u>	<u>(91.519)</u>
Total do resultado abrangente	<u><u>(275.793)</u></u>	<u><u>(162.851)</u></u>	<u><u>(279.722)</u></u>	<u><u>(91.519)</u></u>

As notas explicativas selecionadas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração intermediária condensada das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) em 30 de junho de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	770.815	(146.015)	2.596	(417.186)	210.210
Prejuízo do período	-	-	-	(279.722)	(279.722)
Saldo em 30 de junho de 2013	770.815	(146.015)	2.596	(696.908)	(69.512)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	845.510	(56.605)	2.596	(889.229)	(97.728)
Prejuízo do período	-	-	-	(275.793)	(275.793)
Saldo em 30 de junho de 2014	845.510	(56.605)	2.596	(1.165.022)	(373.521)

As notas explicativas selecionadas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração intermediária condensada dos fluxos de caixa
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	<u>30/06/2014</u>	<u>30/06/2013</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes dos impostos	(275.793)	(279.722)
Prejuízo do período	<u>(275.793)</u>	<u>(279.722)</u>
Ajustes no resultado por:		
Depreciação e amortização	39.071	38.817
Baixa de ativo imobilizado e intangível	52.294	160
Encargos financeiros apropriados	80.232	29.991
Encargos financeiros sobre dividendos não distribuídos	2.997	1.937
Variações monetárias e cambiais líquidas	7.368	(8.354)
Provisões para contingências	2.887	1.166
Total de ajustes	<u>184.849</u>	<u>63.717</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Redução em clientes	10.720	14.310
Redução (aumento) em tributos a recuperar	7.071	(7.143)
Redução (aumento) em cauções e depósitos vinculados	394	(778)
(Aumento) redução em direito de ressarcimento	(59.457)	30.662
Aumento em almoxarifado	(8.788)	(13.877)
Redução (aumento) em outros ativos	5.821	(3.362)
Aumento em fornecedores	2.260	8.835
Aumento (redução) em tributos e contribuições sociais a recolher	8.394	(3.831)
(Redução) aumento em obrigações estimadas	(6.682)	458
(Redução) aumento em encargos setoriais	(9.161)	7.635
(Redução) aumento em outros passivos	(10.120)	39.453
Total de variações	<u>(59.548)</u>	<u>72.362</u>
Pagamento de encargos financeiros	(13.206)	(7.170)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(163.698)</u>	<u>(150.813)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo imobilizado	(68.209)	(31.383)
Aquisições de ativo intangível	(31)	(19)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(68.240)</u>	<u>(31.402)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	13.794	60.395
Ingresso de financiamentos e empréstimos	245.243	171.736
Amortização do principal de financiamentos e empréstimos	(18.529)	(73.348)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>240.508</u>	<u>158.783</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.570</u>	<u>(23.432)</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	25.673	3.363
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	17.103	26.795
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>8.570</u>	<u>(23.432)</u>

As notas explicativas selecionadas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Demonstração intermediária condensada do valor adicionado
Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2014 e 2013
Em milhares de reais

	30/06/2014	30/06/2013
RECEITAS		
Suprimento de energia elétrica	175.083	130.974
Outras receitas operacionais	6.787	2.131
	<u>181.870</u>	<u>133.105</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUI ICMS E IPI)		
Energia elétrica comprada para revenda	(125.993)	(122.259)
Serviços de terceiros	(47.168)	(29.511)
Materiais	(45.932)	(44.700)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(63.607)	(93.812)
(-) Recuperação de despesas - subvenção combustíveis	58.151	88.418
Outros custos operacionais	(23.323)	(15.134)
	<u>(247.872)</u>	<u>(216.998)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(66.002)</u>	<u>(83.893)</u>
Quotas de reintegração (depreciação e amortização)	<u>(36.487)</u>	<u>(36.182)</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(102.489)</u>	<u>(120.075)</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	28.561	38.529
Outras receitas - aluguéis	13	-
	<u>28.574</u>	<u>38.529</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>(73.915)</u>	<u>(81.546)</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Colaboradores	43.737	92.545
Governo	33.890	35.689
Agentes financeiros e aluguéis	124.251	69.942
Retenção/distribuição de prejuízo do período	(275.793)	(279.722)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>(73.915)</u>	<u>(81.546)</u>

As notas explicativas selecionadas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE ("Companhia" ou "Eletrobras CGTEE"), é uma sociedade de economia mista integrante do grupo controlado pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("controladora" ou "Eletrobras"). Foi constituída em 28 de julho de 1997, e está inscrita no CNPJ sob o nº 02.016.507/0001-69.

A Companhia tem sede e Foro na cidade de Porto Alegre - capital de Estado do Rio Grande do Sul, podendo, a critério da Diretoria, criar sucursais, filiais, agências e escritórios nesta mesma cidade ou em qualquer outra parte do território nacional ou estrangeiro, observada a legislação vigente.

A Companhia tem por objeto social, conforme o seu estatuto:

- (a) realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras de energia elétrica, de instalações de transmissão e de transformação de energia elétrica e serviços correlatos, inclusive sistemas de informática e a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, podendo participar de outras sociedades para a realização de seus objetivos sociais, observada a legislação vigente;
- (b) desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de produção, transformação e transmissão de energia elétrica, inclusive: transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de planejamento, operação, manutenção de instalações elétricas, reparos e conservação de peças e equipamentos de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de autoprodutor e produtor independente, com a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios, visando a maior eficiência no uso da eletricidade;
- (c) integrar grupos de estudo, consórcios, grupos de sociedade ou quaisquer outras formas associativas com vista a pesquisas de interesse do setor energético, à formação de pessoal técnico a ela necessário, bem como à prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro a outras empresas;
- (d) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedade, com ou sem aporte de recursos, no Brasil ou no exterior, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da produção de energia elétrica sob o regime de concessão ou autorização, direta ou indiretamente;
- (e) comercializar, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da Empresa;
- (f) principal atividade operacional:

Através do Contrato de Concessão nº 067, firmado com a União Federal, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. O referido Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015. O parque gerador, sob concessão, da Companhia possui potência instalada e em operação de 490 MW. Estas usinas serão afetadas pela Lei nº 12.783/13, conforme a Nota 3. Além da concessão citada, detém autorização, por meio da Portaria MME nº 304,

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de 17 de setembro de 2008, para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante a implantação da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Candiota III, Fase C, localizada no Município de Candiota, com capacidade instalada de 350 MW. A nova usina foi implantada e entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2011. A energia gerada pela nova usina foi comercializada no Leilão de Energia, Edital ANEEL 002-2005, realizado em 16 de dezembro de 2005, para suprimento a 31 distribuidoras de todo o País, pelo período de 15 anos, de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2024. Esta usina não será afetada pela Lei nº 12.783/13.

Com a instalação da usina Candiota III (Fase C), a Companhia passou a contar com potência instalada total de 840 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

Situação financeira

A Companhia apresentou, em 30 de junho de 2014, um prejuízo de R\$ 275.793, ante um prejuízo de R\$ 279.722 em 30 de junho de 2013. Os resultados apresentados no período determinaram que o patrimônio líquido da Companhia finalizasse a descoberto em R\$ 373.521 (R\$ 97.728 em 31 de dezembro de 2013).

Os resultados apresentados, no primeiro semestre de 2014, tiveram como principais causas:

- Aumento da receita operacional em 40,5% comparada ao mesmo período de 2013, devido a redução do cancelamento de receitas previsto nos contratos de venda de energia da UTE Candiota III (Fase C);

- Redução dos custos e despesas operacionais em 5,7% em comparação ao mesmo período de 2013. As principais variações ocorreram nos gastos com pessoal, que apresentaram uma queda de 38,9% em relação ao mesmo período de 2013, e em serviços de terceiros, que apresentaram um aumento de 59,8% em relação ao mesmo período de 2013. A energia elétrica comprada para revenda continua sendo um gasto expressivo, com uma participação de 37,2% no total dos custos e despesas operacionais da Companhia (34,0% em 30 de junho de 2013).

- Aumento da despesa financeira em 78,4%, impulsionado pelos encargos financeiros sobre a dívida, que tiveram uma elevação de 122,9% em relação ao mesmo período de 2013.

O total do passivo circulante, em 30 de junho de 2014, foi de R\$ 653.841 (R\$ 632.959 em 31 de dezembro de 2013). Deste total, R\$ 356.350 (R\$ 331.037 em 31 de dezembro de 2013) são referentes ao financiamento da UTE Candiota III (Fase C), da revitalização da UTE Candiota II (Fase B), dividendos não distribuídos e demais empréstimos para custeio contraídos junto a Eletrobras.

Para as principais atividades de investimentos, como a revitalização da Fase B da UTE Presidente Médici e de termo de ajustamento de conduta (TAC) assumido com o IBAMA, a Companhia conta com o apoio financeiro da Eletrobras, através do financiamento destas obras via empréstimos com recursos da RGR e pela integralização de recursos destinados ao aumento de capital social (AFAC) no caso específico do TAC das Fases A e B.

Diante do quadro atual, a Companhia está em tratativas junto a *holding* para viabilizar ações que possibilitem a sua recuperação técnica e financeira. Destacam-se as seguintes:

- Usinas de São Jerônimo e Nutepa: estas unidades estão com operação comercial interrompida (desde outubro de 2013) e em processo de avaliação quanto a desativação. São obsoletas, deficitárias e em função da provisão do VNR em dezembro de 2012, estão com saldo contábil zero;
- Usina Presidente Médici (Fases A e B): necessitarão de recursos operacionais e para finalização

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dos investimentos para revitalização e adequação ambiental (TAC), buscando o cumprimento dos contratos de venda de energia vinculados a elas que finalizam em (2015 e 2016). A Fase A conforme o TAC deverá ser desativada após 31 de dezembro de 2017. A Fase B deverá operar até 2032, estando com protocolo junto à ANEEL de renovação da concessão. Os investimentos previstos e realizados para conclusão dos projetos em curso e recuperação da potência nominal das unidades geram perspectivas de equilíbrio econômico-financeiro para a Companhia, pois determinarão uma maior disponibilidade de geração de energia;

- UTE Candiota III (Fase C): o cancelamento de parte das receitas da UTE Candiota III (Fase C) foi o principal fator de desequilíbrio em 2013, previsto nos contratos de venda de energia quando há indisponibilidade da usina. A Companhia obteve junto a ANEEL a suspensão provisória do cancelamento de receita em setembro de 2013 nos contratos (despacho ANEEL nº 3.413/2013), que representará um aumento na receita futura da ordem de 34% (R\$ 98.663), considerando os números de 2013. Em audiência pública, obteve-se contribuições que culminaram com a suspensão definitiva, homologada através da Resolução ANEEL 599/2014, que excluiu em definitivo esta cláusula dos contratos de suprimento de energia dessa unidade. Permanece atuação da Companhia e da *holding* junto ao Órgão Regulador visando revisão dos parâmetros técnicos desta unidade de modo a mitigar eventuais penalidades.
- Cabe ainda destacar que a Eletrobras CGTEE está tendo todo o suporte da *holding* para sua manutenção operacional, bem como para execução dos investimentos futuros necessários. Destaca-se, também, as tratativas para renegociação dos contratos de empréstimos e financiamentos solicitadas pela Eletrobras CGTEE e em estudo pela Eletrobras.

2 Desempenho operacional (*)

A geração total de energia elétrica da Eletrobras CGTEE no 2º trimestre de 2014 foi de 684,635 GWh (729,561 GWh no 2º trimestre de 2013). A geração das Fases A e B da usina Presidente Médici ficou em 109,236 GWh. Na Fase C, a geração atingiu a marca de 575,399 GWh. Houve decréscimo na geração no 2º Trimestre de 2014 de cerca de 6,16%, em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Em função do volume de venda dos contratos de energia, associado com a entrada em eficácia dos novos valores de garantia física, válidos desde janeiro de 2008, e os problemas técnicos enfrentados pelas Usinas, a Companhia sofreu penalidades por insuficiência de lastro perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Desde fevereiro de 2009, para solucionar este problema, a Companhia vem adquirindo sistematicamente montantes de energia, através da participação em leilões de venda de energia, evitando a exposição diante da CCEE. As aquisições de energia foram mantidas neste 2º trimestre, prevendo a recuperação e manutenção dos índices de disponibilidade.

Diante destas ações, a Companhia evitou penalidades, mas comprometeu seu desempenho econômico devido ao alto custo da energia adquirida. Lembramos que, no 2º trimestre de 2014, o valor da energia também atingiu seu maior valor (PLD Máximo), ou seja, R\$822,83/MWh.

A Disponibilidade Geral das Unidades da Eletrobras CGTEE (DISPGR), no 2º trimestre de 2014, foi de 27,40% nas Fases A e B e de 87,00% na Fase C – Candiota III, totalizando uma disponibilidade da Eletrobras CGTEE de 51,30% (55,25% no 2º trimestre de 2013). A DISPGR é calculada com base nos dados da Taxa Equivalente de indisponibilidade Forçada (TEIF) e da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) verificadas pelo ONS mensalmente em comparação com os dados de referência.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A disponibilidade do 2º trimestre de 2014 ficou inferior ao mesmo período de 2013 em função da indisponibilidade da Usina de São Jerônimo e queda dos índices da UTE Presidente Médici (Fases A e B), 44,56% no 2º trimestre de 2013 e 27,40% no 2º trimestre de 2014.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

3 Das concessões de serviço público de energia elétrica

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações de serviço público de energia elétrica junto à ANEEL, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimentos estão listados a seguir:

Usinas termelétricas	Capacidade instalada (MW) (iii)	Data da concessão / autorização	Data de encerramento
UTE Presidente Médici (Fases A e B) (i)	446	08/07/1995	07/07/2015
UTE São Jerônimo (i)	20	08/07/1995	07/07/2015
UTE Nutepa (i)	24	08/07/1995	07/07/2015
UTE Candiota III (Fase C) (ii)	350	18/07/2006	17/07/2041

(i) Contrato de Concessão nº 067, ANEEL.

(ii) Autorização conforme Portaria MME nº 304/2008 de 17 de setembro de 2008.

(iii) Dados não revisados pelo auditor independente.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, regulamentada pelo Decreto 7.805, de 14 de setembro de 2012, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a redução dos encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências. As medidas adotadas pelo Governo Federal visam, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através da redução de três componentes tarifários: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais. Esta Medida Provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013, emitido em 23 de janeiro de 2013.

A prorrogação prevista depende da aceitação expressa (Termoeletricidade) dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes na Lei, estando prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR.

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica que não forem prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, materializada pela assinatura de Termo Aditivo aos atuais contratos de concessão, nos termos da Lei nº 12.783/2013, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

3.1 Impactos no negócio geração afetados diretamente pela Lei nº 12.783/13

Nos estudos da Eletrobras CGTEE, visando definir o VNR dos empreendimentos afetados, foram realizadas as devidas adaptações técnicas para cada usina, levando em conta a vida útil contábil e as respectivas taxas de depreciação conforme Manual de Patrimônio da ANEEL.

Os empreendimentos térmicos exigem, durante sua vida técnica e econômica, a realização de grandes manutenções, reformas e aprimoramentos de projetos que recuperam a sua capacidade operacional e, por consequência, estendem sua vida útil. Neste aspecto estamos realizando um largo

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

programa de investimentos que foi iniciado em 2010, visando a recuperação da capacidade operacional da Usina Presidente Médici, com base nos seguintes pontos críticos:

- Substituição de 33 % da área de troca de calor (parede d'água) das caldeiras das unidades 3 e 4, incluindo alteração de projeto;
- Substituição total do sistema de supervisão e controle das unidades 3 e 4;
- Recuperação dos sistemas de pré-aquecimento de água de alimentação das quatro unidades, através da reforma integral de todos os trocadores de calor;
- Reforma integral da torre de refrigeração úmida, incluindo alteração de projeto;
- Implantação de sistema de amostragem contínua de água e vapor nas unidades 3 e 4, para controle da qualidade do processo;
- Aquisição de rotor de baixa pressão e componentes para uma turbina da Fase B, visando recomposição da potência nominal;
- Manutenção integral dos geradores elétricos das unidades 3 e 4;
- Aquisição de nova planta de produção de água desmineralizada;
- Substituição de válvulas de segurança das caldeiras e turbinas.

O programa acima está em fase final, restando apenas a instalação do novo rotor da turbina de baixa pressão e manutenção de gerador elétrico, e conclusão da planta de água desmineralizada. As intervenções implicam em recomposição de vida útil dos equipamentos e sistemas.

Com estes posicionamentos, e através de projeções e estudos de engenharia, a Companhia apurou o VNR das concessões afetadas pelos efeitos da Lei nº 12.783/2013, conforme comentários na nota 3.3.

No momento atual a Companhia não tem como determinar qual será sua receita bruta e líquida após a efetivação do processo de renovação das concessões por falta de regulamentação.

3.2 Informações e decisões da Companhia

A Companhia detém concessões de 840 MW de capacidade instalada e já manifestou interesse na renovação das concessões na data prevista em lei, 15 de outubro de 2012, através de correspondência à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em função da falta de regulamentação, a Companhia aguarda definições como valor da indenização, modelo de contrato, tarifas a serem praticadas e outros detalhes inerentes a nova formatação de negócio proposta pelo Governo.

A Companhia está se preparando para identificar com a máxima celeridade possível estudos para definir após divulgação das regras de renovação para os concessionários os seguintes pontos;

- Potenciais impactos da alocação de cotas para o Mercado Regulado (cativo-distribuidoras);
- Tributação da indenização e outros impactos tributários;

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Empréstimos e financiamentos vinculados às concessões diretamente pela Lei nº 12.783/13 e impactos nas cláusulas restritivas dos empréstimos (*covenants*);
- Passivo sócio ambiental, passivos relacionados às ações judiciais e contingências;
- Riscos não contemplados na definição da tarifa.

Estes impactos refletem diretamente a modelagem a ser utilizada para a geração termoeletrica pela falta de regulamentação.

A Companhia detém as seguintes concessões afetadas pela Lei nº 12.783/13:

Ativos afetados	Valor residual regulatório 30/06/2014	Valor residual contábil 30/06/2014	VNR líquido 30/06/2014
UTE São Jerônimo	5.596	5.596	-
UTE Nutepa	4.045	4.045	-
UTE Presidente Médici	253.792	253.792	314.666
Total afetados	263.433	263.433	314.666

Ativos afetados	Valor residual regulatório 31/12/2013	Valor residual contábil 31/12/2013	VNR líquido 31/12/2013
UTE São Jerônimo	5.751	5.751	-
UTE Nutepa	4.061	4.061	-
UTE Presidente Médici	136.534	136.534	146.370
Total afetados	146.346	146.346	146.370

Como concessão não afetada pela Lei nº 12.783/2013, a Companhia detém a autorização da UTE Candiota III (Fase C) até 2041, que, no momento, não é atingida pela alteração da legislação:

Ativos não afetados	Valor residual regulatório 30/06/2014	Valor residual contábil 30/06/2014	VNR líquido 30/06/2014
UTE Candiota III (Fase C)	1.237.519	1.237.519	Não aplicável
Total não afetados	1.237.519	1.237.519	-

Ativos não afetados	Valor residual regulatório 31/12/2013	Valor residual contábil 31/12/2013	VNR líquido 31/12/2013
UTE Candiota III (Fase C)	1.342.944	1.342.944	Não aplicável
Total não afetados	1.342.944	1.342.944	-

3.3 Apresentação dos impactos contábeis

A Companhia identificou como único impacto possível de mensuração, através de estudos internos, o VNR (Valor Novo de Reposição) a ser utilizado como possível de indenização conforme previsão legal e expectativa da Companhia. A Companhia apurou o impacto no ativo imobilizado em serviço e em curso, e constituiu uma provisão de R\$ 22.853, reduzindo o saldo desses ativos em 31 de dezembro de 2013. Este valor reflete a expectativa de não serem indenizadas as unidades geradoras da UTE São Jerônimo, UTE Nutepa e UTE Candiota II (Fase A) e parcela de imobilizado em curso não passível de indenização, por não caracterizar expansão ou melhoria.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o primeiro semestre de 2014, não ocorreu novo provisionamento, pois a Administração não identificou uma indicação de que o valor recuperável tivesse reduzido significativamente. Nos quadros abaixo, a Companhia apresenta o resumo relativo ao impacto contábil em 31 de dezembro de 2013 e uma projeção do impacto em 30 de junho de 2014:

Imobilizado em serviço em 30/06/2014

	Contábil	VNR líquido	Provisão (*)
Candiota II (Fase A)	9.628	-	(9.628)
Candiota II (Fase B)	244.164	314.666	-
São Jerônimo	5.596	-	(5.596)
Nutepa	4.045	-	(4.045)
Subtotal	<u>263.433</u>	<u>314.666</u>	<u>(19.269)</u>

Imobilizado em curso em 30/06/2014

	Contábil	VNR líquido	Provisão (*)
Candiota II (Fase A)	3.413	-	(3.413)
Candiota II (Fase B)	180.191	177.274	(2.917)
São Jerônimo	-	-	-
Nutepa	-	-	-
Subtotal	<u>183.604</u>	<u>177.274</u>	<u>(6.330)</u>
Total	<u><u>447.037</u></u>	<u><u>491.940</u></u>	<u><u>(25.599)</u></u>

(*) As provisões de 31 de dezembro de 2013 foram mantidas conforme descrito acima.

Imobilizado em serviço em 31/12/2013

	Contábil	VNR líquido	Provisão
Candiota II (Fase A)	9.628	-	(9.628)
Candiota II (Fase B)	126.906	146.370	-
São Jerônimo	5.751	-	(5.751)
Nutepa	4.061	-	(4.061)
Subtotal	<u>146.346</u>	<u>146.370</u>	<u>(19.440)</u>

Imobilizado em curso em 31/12/2013

	Contábil	VNR líquido	Provisão
Candiota II (Fase A)	3.413	-	(3.413)
Candiota II (Fase B)	287.209	290.622	-
São Jerônimo	-	-	-
Nutepa	-	-	-
Subtotal	<u>290.622</u>	<u>290.622</u>	<u>(3.413)</u>
Total	<u><u>436.968</u></u>	<u><u>436.992</u></u>	<u><u>(22.853)</u></u>

4 Apresentação das demonstrações financeiras

4.1 Base de apresentação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária previstas na Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 11.638/07, Lei 11.941/09, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como os

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vigentes em 30 de junho de 2014.

4.2 Demonstrações financeiras intermediárias condensadas

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil – CPC 21 “Demonstrações Intermediárias” e estão sendo apresentadas de forma condensada nos termos do referido pronunciamento.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são consistentes com o praticado na preparação das demonstrações financeiras do exercício em 31 de dezembro de 2013, publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 16 de abril de 2014. As demonstrações financeiras intermediárias condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

As presentes demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 04 de agosto de 2014.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	6.058	9.970
Aplicações financeiras	19.615	7.133
Total	<u>25.673</u>	<u>17.103</u>

As aplicações financeiras, em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, referem-se à certificados de depósitos bancários remunerados à taxa de 95% do CDI. As aplicações financeiras são mantidas para cumprimento de obrigações de curto prazo, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

6 Clientes

A Companhia comercializa em leilões a energia elétrica produzida. O saldo a receber, em cada leilão, está abaixo demonstrado:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2º Leilão CCEAR Energia existente - 2008/2015	11.201	12.186
4º Leilão CCEAR Energia existente - 2009/2016	3.845	4.171
1º Leilão CCEAR Energia nova - 2010/2024	3.379	13.476
Previsão 1º Leilão	41.353	40.291
Renegociações	1.716	2.090
Outros	640	640
Total	<u>62.134</u>	<u>72.854</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A composição, por vencimento, está demonstrada a seguir:

	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/06/2014	31/12/2013
Suprimento de energia	59.148	69	2.917	62.134	72.854
Total	59.148	69	2.917	62.134	72.854

O saldo de clientes é o valor justo por representar o valor pelo qual a geração de energia da Companhia foi negociada via leilões e dentro dos regramentos contratuais da CCEE, e será liquidado entre partes interessadas com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

O saldo não teve ajuste a valor presente por representar efetivamente o montante a ser recebido, e não contém índices ou taxas de desconto para pagamentos antecipados.

A Companhia não efetuou provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois todos os valores são regrados em contratos registrados junto a CCEE e possuem cláusulas de garantias que permitem acionar as contas bancárias dos concessionários inadimplentes.

Os contratos de suprimento de energia são dados em garantia para as operações de empréstimos e financiamentos tomadas junto a Eletrobras.

7 Tributos a recuperar

	30/06/2014	31/12/2013
IRPJ/CSLL a recuperar	274	269
IR retido na fonte	224	99
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - Lei 11.196/05 (i)	8.044	7.848
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - regime não cumulativo (ii)	5.704	1.356
PIS/PASEP/COFINS a recuperar - inconstitucionalidade Lei 9718/98 (iii)	611	16.626
ICMS a recuperar (iv)	4.307	-
Outros	485	522
Total Circulante	19.649	26.720
ICMS a recuperar (iv)	19.741	19.741
Total Não Circulante	19.741	19.741
Total	39.390	46.461

(i) PIS-PASEP/COFINS - Lei nº 11.196/05, art. 109

A Companhia vinha apurando pela sistemática não cumulativa as contribuições para o Programa de Integração Social – PIS/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, no período de dezembro de 2002 até fevereiro de 2006 e Contribuição para o Financiamento da

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seguridade Social - COFINS, no período de fevereiro de 2004 até fevereiro de 2006, ambas incidentes sobre a receita oriunda dos contratos iniciais com as concessionárias RGE, AES SUL e CEEE com alíquotas de 1,65% (PIS-PASEP) e 7,6% (COFINS), com base na interpretação introduzida pela IN SRF nº 468, de 8 de novembro de 2004, e depois pela IN SRF nº 658, de 4 de julho de 2006, que revogou a anterior. Tal interpretação definiu o conceito de preço predeterminado, utilizado na Lei nº 10.833/03, art. 10, inciso XI, alíneas "b" e "c", estabelecendo os parâmetros para determinar a forma de tributação da principal receita da Companhia.

Através da edição da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, ocorreu nova interpretação do conceito de preço predeterminado, fazendo com que a Companhia passasse a apurar as contribuições ao PIS-PASEP e COFINS pela sistemática cumulativa e, conseqüentemente, com alíquotas de 0,65% (PIS-PASEP) e 3% (COFINS).

Como resultado da revisão das bases de cálculo das apurações do PIS-PASEP e COFINS, para os períodos em que a Companhia recolheu estas contribuições pelo regime não cumulativo, foram detectados pagamentos a maior no valor de R\$ 14.042, representado por créditos de R\$ 14.828 (valores pagos a maior), e débitos de R\$ 786 (valores pagos a menor).

Estes valores estavam sendo utilizados na compensação de débitos de tributos federais.

Em função do procedimento de fiscalização pela Secretaria da Receita Federal, não foi possível durante o exercício de 2007 fazer todas as retificações das declarações necessárias. Com isso, a Companhia ficou impossibilitada de fazer os recolhimentos dos débitos e a utilização dos créditos, mantendo a atualização dos valores. No segundo e terceiro trimestres de 2008, a Companhia procedeu às retificações das declarações para o período de abril de 2003 a fevereiro de 2006, com exceção dos meses de novembro e dezembro de 2004, janeiro, março, abril, maio, junho e julho de 2005.

Como resultado do procedimento mencionado no parágrafo acima foi lavrado auto de infração conforme descrito na Nota 18 (c) Auto de infração nº 11080.722655/2010/96, assumindo a defesa tanto do auto de infração como da busca de recuperação desses créditos, objeto desta nota, os consultores jurídicos Advogados Meyer, Sendacz e Opice Advogados.

A Companhia aguarda julgamento por parte da Receita Federal do Pedido Administrativo solicitando a utilização dos créditos, em razão da impossibilidade da execução via internet, em função dos pagamentos terem sido executados via pedido de compensação (PERDCOMP).

Na opinião de nossos consultores a possibilidade de êxito desse pedido é possível. Importante frisar que no Auto de infração que foi entrave ao processo de restituição, conforme comentário acima, teve decisão favorável em favor da Eletrobras CGTEE e estamos no aguardo do Acórdão. Entendemos importante esta decisão e embora não vincule aos demais processos é um paradigma favorável, pois as demais situações em discussão tem por tela o assunto julgado procedente a nosso favor. A Administração considera que tais valores não apresentam riscos de perda e, portanto, não foi constituída provisão para realização.

(ii) PIS-PASEP/COFINS - Lei nº 10.833/2003 art. 3º - regime não cumulativo

A Companhia poderá descontar créditos calculados em relação a:

- Bens e serviços utilizados como insumo na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos;
- Energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;
- Aluguéis de prédios máquinas e equipamentos, utilizados nas atividades da empresa;
- Encargos de depreciação e amortização.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia está, mensalmente, tomando crédito dessas despesas no momento da apuração do PIS/COFINS.

O saldo de R\$ 5.704 em 30 de junho de 2014 (R\$ 1.356 em 31 de dezembro de 2013) são créditos de PIS/COFINS apurados em períodos anteriores e do próprio mês, os quais foram reconhecidos contabilmente pela Companhia, e que em função da diminuição da receita de energia dos contratos da Fase C, não foram aproveitados até momento, mas com previsão de utilização nos próximos meses.

(iii) PIS-PASEP/COFINS a recuperar – inconstitucionalidade Lei 9.718/98

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas, independentes do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A Companhia ajuizou ação ordinária em dezembro de 2007 através do Processo nº 2007.71.00.048592-4, onde consta como ré a Fazenda Nacional, requerendo a restituição dos tributos PIS/PASEP e COFINS cuja arrecadação foi declarada inconstitucional pelo STF.

Em 1º de outubro de 2008, houve o julgamento de procedência da ação ordinária nº 2007.71.00.048592-4 na 2a. Vara Federal Tributária de Porto Alegre - RS ajuizada contra a União Federal na Justiça Federal, na qual a União Federal foi condenada a restituir à Companhia os valores recolhidos indevidamente no período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, em relação ao PIS (R\$ 1.552), e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, em relação à COFINS (R\$ 10.745), totalizando R\$ 12.297, que deverão ser atualizados pela taxa SELIC, desde a data de cada recolhimento indevido.

Todavia, a União apelou, a Companhia apresentou contrarrazões, e o processo foi remetido ao Tribunal Regional Federal para julgamento. A apelação foi julgada parcialmente procedente, entendendo que são repetíveis somente as parcelas pagas posteriormente a 08 de julho de 2000. As partes opuseram embargos de declaração, os quais foram acolhidos parcialmente para fins de prequestionamento. Após, as partes apresentaram recursos especiais e extraordinários, não sendo admitidos os recursos especial e extraordinário da União, sendo admitido o recurso especial da Eletrobras CGTEE e sobrestado o recurso extraordinário da Eletrobras CGTEE até decisão definitiva do STF acerca da matéria.

Negado seguimento ao recurso extraordinário da Companhia em decisão transitada em julgado, a Companhia apresentou pedido de habilitação de crédito junto à Receita Federal para compensação tributária (Processos nºs 11080.729739/2013-01 – PIS e 11080.729740/2013-28 – COFINS). Na data de 29 de outubro de 2013, o pedido foi deferido pela Delegacia da Receita Federal, nos termos da IN RFB nº 1.300/2012, autorizando a Companhia a utilizar o crédito referente ao PIS, no montante de R\$ 2.728, e à COFINS, no valor de R\$ 20.124, atualizados até novembro de 2013, por meio de transmissão da Declaração de Compensação, gerada a partir do Programa PER/DCOMP.

Até 30 de junho de 2014, o crédito da COFINS teve a seguinte movimentação:

Valor atualizado do crédito - Novembro/2013	Atualização do crédito até Junho/2014	Valores compensados por PER/DCOMP - Novembro/2013 à Junho/2014	Saldo disponível - Junho/2014
R\$ 20.124	R\$ 258	R\$ 20.055	R\$ 327

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

E o crédito do PIS foi assim movimentado até 30 de junho de 2014:

Valor atualizado do crédito - Novembro/2013	Atualização do crédito até Junho/2014	Valores compensados por PER/DCOMP - Novembro/2013 à Junho/2014	Saldo disponível - Junho/2014
R\$ 2.728	R\$ 60	R\$ 2.504	R\$ 284

(iv) ICMS a recuperar

Os créditos fiscais de ICMS no ativo não circulante, no valor de R\$ 19.741 em 30 de junho de 2014 (R\$ 19.741 em 31 de dezembro de 2013) e no circulante no valor de R\$ 4.307 em 30 de junho de 2014, originaram-se, principalmente, das operações de compra de cal e outros insumos utilizados no processo produtivo. Atualmente, o ICMS sobre as saídas por venda de energia elétrica para as concessionárias é diferido, conforme Livro III, art. 1º do regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, esses créditos poderão ser realizados através da compensação com pagamentos devidos pela importação de equipamentos, aquisição de cal do Uruguai e de transferências para outras empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, não sendo esperadas perdas pela administração da Companhia na realização dos referidos créditos. No acumulado até o segundo trimestre de 2014, a Companhia utilizou R\$ 159 para a compensação em recolhimentos de ICMS referentes a importação de equipamentos para UTE Candiota III – Fase C e importação de cal utilizado no dessulfurizador da UTE Candiota III - Fase C. Cabe destacar que a integralidade dos créditos registrados nesta rubrica esta validado junto à Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul para futura compensação.

8 Direito de ressarcimento – CCC / CDE

Esta rubrica é composta pelos valores a receber da Eletrobras decorrente de subvenção para aquisições de combustíveis fósseis com recursos da Conta de Consumo de Combustível – CCC, e também, da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 129/2004.

O saldo tem a seguinte composição:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
CCC UTE Candiota III - Fase C	40.272	12.219
CDE UTE Candiota II – Fases A e B	50.978	19.574
Total	<u>91.250</u>	<u>31.793</u>

Em 30 de junho de 2014, o saldo refere-se ao ressarcimento a receber de combustíveis dos meses de fevereiro, março, abril, maio e junho de 2014.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Almoxarifado

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Material de consumo	23.163	25.185
Combustíveis	61.565	88.757
Total Circulante	84.728	113.942
Combustíveis	38.002	-
Total Não Circulante	38.002	-
Total	122.730	113.942

O crescimento do almoxarifado de combustíveis da Companhia deve-se ao não ressarcimento parcial das compras destes insumos pela falta de consumo nas unidades da UTE Presidente Médici Fases A e B, em função da aplicação da Resolução ANEEL nº 129/2004. O combustível não ressarcido é transferido da conta da CCC/CDE para os almoxarifados de propriedade da Eletrobras CGTEE.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia verificou que não consumiria a totalidade de seu estoque de combustíveis nos próximos 12 meses. Assim, o excedente previsto foi classificado como ativo não circulante.

Os demais estoques da Companhia são de peças, componentes, materiais de consumo e insumos utilizados no processo de geração de energia. Têm características de não obsolescência em função de que os equipamentos ou processos em que serão utilizados continuam em operação e estão registrados pelo valor líquido de realização.

10 Imobilizado

O saldo foi assim movimentado no período:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências curso/serviço</u>	<u>30/06/2014</u>
Em serviço	3.368.731	-	(79.279)	1.450	3.290.902
Depreciação	(1.879.441)	(38.286)	27.017	-	(1.890.710)
Em curso	221.447	67.987	-	(1.356)	288.078
Total Geração	1.710.737	29.701	(52.262)	94	1.688.270
Em serviço	13.565	-	(274)	75	13.366
Depreciação	(7.835)	(587)	242	-	(8.180)
Em curso	-	222	-	(169)	53
Total Administração	5.730	(365)	(32)	(94)	5.239
<i>Impairment</i>	(122.707)	-	-	-	(122.707)
Perdas com a lei 12.783/13	(22.853)	-	-	-	(22.853)
Total Provisões	(145.560)	-	-	-	(145.560)
Total	1.570.907	29.336	(52.294)	-	1.547.949

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No primeiro semestre de 2013, o saldo foi assim movimentado:

	31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências curso/serviço	30/06/2013
Em serviço	3.183.679	-	(400)	33.090	3.216.369
Depreciação	(1.806.203)	(38.043)	398	-	(1.843.848)
Em curso	345.222	30.804	-	(33.439)	342.587
Total Geração	1.722.698	(7.239)	(2)	(349)	1.715.108
Em serviço	12.303	-	(421)	949	12.831
Depreciação	(6.912)	(627)	263	-	(7.276)
Em curso	1.517	579	-	(600)	1.496
Total Administração	6.908	(48)	(158)	349	7.051
<i>Impairment</i>	(47.600)	-	-	-	(47.600)
Perdas com a lei 12.783/13	(23.948)	-	-	-	(23.948)
Total Administração	(71.548)	-	-	-	(71.548)
Total	1.658.058	(7.287)	(160)	-	1.650.611

Atendendo orientação da ANEEL, contida no Ofício nº 965/2002-SFF/ANEEL, de 7 de outubro de 2002, a Companhia tem sob sua guarda bens (materiais e equipamentos) recebidos da União destinados ao empreendimento UTE Candiota III - Fase C, em regime especial de utilização, sem ônus para a Companhia, no valor de R\$ 189.292, tendo como base a data de 30 de abril de 2000, conforme avaliação constante do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 19, de 28 de janeiro de 2000. Este valor não será incorporado ao ativo imobilizado da Companhia e, portanto, não está sujeito à indenização quando do término do prazo de concessão.

Sobre os ativos operacionais das usinas da Companhia não pairam garantias fiduciárias ou judiciais em 30 de junho de 2014.

As taxas de depreciação aplicadas em 30 de junho de 2014 são as definidas pela resolução normativa ANEEL nº 474/2012, e estão demonstradas no quadro a seguir:

	2014 e 2013
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento ciclo térmico	4,55%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Edificações - casa de força	2,00%
Edificações - outras	3,33%
Máquinas e equipamentos	2,00 a 6,67%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina a vapor	4,00%
Veículos	14,29%
Administração	
Máquinas e equipamentos	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%
Veículos	14,29%

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Intangível

No primeiro semestre de 2014, o ativo intangível apresentou a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2014</u>
Em serviço				
Custo	12.776	-	2	12.778
Amortização	(11.056)	(198)	-	(11.254)
Em curso				
Custo	-	31	(2)	29
Total	<u>1.720</u>	<u>(167)</u>	<u>-</u>	<u>1.553</u>

No mesmo período de 2013, o saldo foi assim movimentado:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/06/2013</u>
Em serviço				
Custo	12.073	-	-	12.073
Amortização	(10.783)	(146)	-	(10.929)
Em curso				
Custo	529	19	-	548
Total	<u>1.819</u>	<u>(127)</u>	<u>-</u>	<u>1.692</u>

O saldo de ativos intangíveis em serviço, bem como o as adições do exercício, refere-se a aquisições em direito de uso de *softwares*.

A taxa anual de amortização utilizada pela Companhia é a prevista no MCPSE, aprovado pela Resolução ANEEL nº 367/2009, relativa ao Tipo de Bem - TIB 205, item 205.01 (Direito), 205.02 (Marca) e 205.03 (Patente) - 20% ao ano.

12 Fornecedores

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Materiais e serviços (a)	29.330	13.365
Suprimento de energia elétrica (b)	156.071	175.267
Encargos de uso da rede elétrica	2.873	2.778
Aquisição de combustíveis	29.538	16.775
Total	<u>217.812</u>	<u>208.185</u>

(a) Materiais e serviços

No primeiro semestre de 2014, as usinas da Companhia passaram por um período maior de manutenção, o que gerou um aumento no saldo de materiais e serviços.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Suprimento de energia elétrica

O saldo é composto das aquisições de energia elétrica para revenda a liquidar e das estimativas de exposição da Companhia na CCEE.

13 Financiamentos e empréstimos

13.1 Composição

	30/06/2014				
	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional					
Eletrobras	15.619	278.047	293.666	1.575.088	1.868.754
Total Moeda nacional	15.619	278.047	293.666	1.575.088	1.868.754
Total	15.619	278.047	293.666	1.575.088	1.868.754

	31/12/2013				
	Encargos	Circulante	Total circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional					
Eletrobras	8.671	262.679	271.350	1.304.622	1.575.972
Total Moeda nacional	8.671	262.679	271.350	1.304.622	1.575.972
Total	8.671	262.679	271.350	1.304.622	1.575.972

Os financiamentos e empréstimos existentes foram tomados, em sua totalidade, junto à Eletrobras, e se destinaram a viabilizar a construção da UTE Candiota III (Fase C) e, também, para viabilizar as compras de energia que a Companhia necessitou nos últimos exercícios.

Os financiamentos e empréstimos não geram gravames sobre os bens patrimoniais da Companhia. As garantias oferecidas são constituídas sobre os contratos de suprimento de energia mantidos com as distribuidoras.

13.2 Composição dos saldos por indexador

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Selic	959.834	684.800
IPCA	807.927	776.537
Juros contratuais	100.993	114.635
Total	<u>1.868.754</u>	<u>1.575.972</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.3 Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	163.549	239.108
2016	280.380	202.250
2017	217.652	213.861
2018	415.717	169.857
Após 2018	497.790	479.546
Total Não Circulante	<u>1.575.088</u>	<u>1.304.622</u>

13.4 Movimentação dos financiamentos e empréstimos

Saldo em 31/12/2013	<u>1.575.972</u>
Ingressos	245.243
Encargos	79.274
(-) Amortizações do principal	(18.529)
(-) Amortizações dos encargos	(13.206)
Saldo em 30/06/2014	<u>1.868.754</u>
Saldo em 31/12/2012	<u>1.061.034</u>
Ingressos	171.736
Encargos	27.731
(-) Amortizações do principal	(73.348)
(-) Amortizações dos encargos	(7.170)
Saldo em 30/06/2013	<u>1.179.983</u>

14 Tributos e contribuições sociais a recolher

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
PIS/PASEP	352	-
COFINS	1.623	-
ISS de terceiros	306	687
IRPJ, CSLL, PIS/PASEP/COFINS de terceiros	12.630	5.909
INSS	2.193	2.500
SENAI/SESI	26	2
FGTS	362	-
Total	<u>17.492</u>	<u>9.098</u>

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Encargos setoriais

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
RGR	3.000	12.042
TFSEE	147	266
Total	<u>3.147</u>	<u>12.308</u>

A Companhia recolhe, por determinação da ANEEL, cotas da Reserva Global de Reversão (RGR) e da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

A TFSEE é apropriada e recolhida mensalmente, com valores estipulados pela ANEEL. A RGR também tem seus valores estipulados pela ANEEL, e tem saldo apropriado para até junho de 2014.

16 Obrigações estimadas

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Folha de Pagamento	3.869	4.312
Encargos - Folha de pagamento	1.371	2.292
Provisão de férias	3.531	3.355
Provisão gratificação de férias	429	580
Provisão de 13º salário	1.925	-
INSS s/ provisão de férias e 13º salário	2.108	1.684
FGTS s/ provisão de férias e 13º salário	527	419
Provisão para participação nos resultados	-	7.800
Circulante	<u>13.760</u>	<u>20.442</u>

17 Provisão para contingências

No primeiro semestre de 2014, o passivo contingente teve a seguinte movimentação:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2014</u>
Trabalhistas (a)	8.786	3.366	12.152
Cíveis (b)	19.468	25	19.493
Subtotal	<u>28.254</u>	<u>3.391</u>	<u>31.645</u>
(-) Depósitos recursais compensáveis	(4.600)	(504)	(5.104)
Total	<u>23.654</u>	<u>2.887</u>	<u>26.541</u>

Os depósitos recursais referem-se aos valores exigidos para dar continuidade à discussão judicial dos processos trabalhistas, inclusive de reclamatórias ajuizadas por empregados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Contingências trabalhistas

Contingências prováveis

Com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia possui provisão no valor de R\$ 12.152 em 30 de junho de 2014 (R\$ 8.786 em 31 de dezembro de 2013) para cobrir as causas judiciais com risco de perdas prováveis. A Companhia realizou depósitos recursais no valor de R\$ 5.104 em 30 de junho de 2014 (R\$ 4.600 em 31 de dezembro de 2013) para processos que possuem provisões contábeis.

Depósitos judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais em diversos processos trabalhistas, para garantir a continuidade da discussão dos litígios.

Demonstramos estes valores no quadro abaixo:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Depósitos judiciais	11.559	11.954
Total	<u>11.559</u>	<u>11.954</u>

Contingências possíveis

Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não existem processos trabalhistas classificados como de perda possível.

(b) Contingências cíveis

Contingências prováveis

As contingências cíveis referem-se principalmente a valores relativos a disputas com fornecedores. A assessoria jurídica da Companhia estima, como perda provável, o saldo de R\$ 19.493 em 30 de junho de 2014 (R\$ 19.468 em 31 de dezembro de 2013). Deste total, destaca-se a ação de autoria da CEEE-D para cobrança de valores contestados na data de transferência (1998/1999) da CGTEE para a Eletrobras. Em 30 de junho de 2014, a perda provisionada para esta ação é de R\$ 18.468 (R\$ 18.468 em 31 de dezembro de 2013).

Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte em processos cíveis que totalizam R\$ 92.288 em 30 de junho de 2014 (R\$ 32.972 em 31 de dezembro de 2013), não provisionados.

Processo 001/1.13.0002484-4

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual alega erro ocorrido no edital de licitação lançado em 2010, cobrando todos os prejuízos ocasionados à empresa como valores não previstos na tabela de preços, prejuízos financeiros, danos morais, etc. A Companhia apresentou defesa sustentando a legalidade do edital, contrato e mais de 7 termos aditivos firmados, execução dos serviços por cerca de 36 meses sem qualquer impugnação. Atualmente o processo está na fase probatória, com valor estimado em R\$ 28.952, não provisionados.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

**Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processo 001/1.14.0039179-3

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual reclama valores glosados decorrentes de penalidades por descumprimentos parciais do contrato e valores que foram penhorados na Justiça Trabalhista. A Companhia está elaborando defesa no sentido de sustentar a legalidade das penalidades aplicadas, decorrentes de cláusulas contratuais, bem como o cumprimento de decisão judicial para depósito de valores penhorados pela Justiça Trabalhista. O valor estimado do processo é de R\$ 3.598, não provisionados.

Processo 001/1.14.0060829-6

Ajuizado pela empresa EMS Eletromecânica Silvestrini Ltda., através da qual solicita a nulidade de penalidade aplicada decorrente de inexecução total do contrato, com a liberação da garantia contratual oferecida. A Companhia está elaborando defesa sustentando a legalidade da penalidade aplicada. O valor estimado do processo é de R\$ 4.638, não provisionados.

Processo 2-12 0 236/12

Ajuizado pelo Banco KFW na Justiça Alemã, cobrando os avais passados pela Eletrobras CGTEE. A Companhia contratou um escritório alemão para representá-la. A Companhia apresentou defesa e o processo está para análise da competência para julgamento. O valor estimado do processo é de R\$ 53.361, não provisionados.

(c) Contingências tributárias

Contingências prováveis

Não há processos pendentes com probabilidade provável de perda em 30 de junho de 2014.

Conforme informado pelo escritório Franceschini Advogados, em relação aos processos tributários em trâmite na Receita Federal, a possibilidade de perda na esfera administrativa é provável, considerando que o julgamento é realizado por autoridade do mesmo órgão que emitiu os Autos de Infração objeto das impugnações apresentadas. Não obstante, na hipótese de a Companhia não lograr êxito na seara administrativa, ela ingressará judicialmente para discutir a tese objeto das defesas atualmente em trâmite na Receita Federal, hipótese em que a possibilidade de perda é possível.

Contingências possíveis

Com possibilidade de perda possível, a Companhia é parte em processos fiscais que totalizam R\$ 48.339 em 30 de junho de 2014 (R\$ 47.284 em 31 de dezembro de 2013), não provisionados.

Auto de infração nº 11080.722655/2010/96

A Companhia através do Auto de Infração nº 11080.722655/2010/96, de 30 de julho de 2010, foi autuada em R\$ 15.695 com relação à apuração das contribuições do PIS/COFINS referente ao ano de 2006.

A Companhia apresentou impugnação através dos Advogados Meyer, Sendacz e Opice Advogados, sendo entendimento da administração, baseada em seus assessores jurídicos, que a probabilidade de perda é possível.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

**Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Questões ambientais

Usina termelétrica Presidente Médici

Em 13 de abril de 2011, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), entre a Eletrobras CGTEE, IBAMA, Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente e União, por intermédio da Advocacia Geral da União, para a adequação ambiental das Fases A e B da Usina Presidente Médici, localizada em Candiota - RS. O TAC inicialmente previa uma série de obrigações para a Eletrobras CGTEE até 31 de agosto de 2014.

Em 16 de agosto de 2013, foi celebrado o Primeiro Aditamento ao TAC, que prevê obrigações para a Eletrobras CGTEE até 31 de dezembro de 2017. Após a conclusão do TAC, espera-se a renovação pelo IBAMA da licença de operação da Usina Termelétrica Presidente Médici.

O TAC é gerenciado através de um portfólio de projetos e programas, nos quais as suas cláusulas foram agrupadas. Dentre os compromissos assumidos pela Eletrobras CGTEE, destaca-se a conclusão da modernização e da ampliação da rede de monitoramento da qualidade do ar, da qualidade das águas de chuva e das condições meteorológicas.

Do valor total estimado de R\$ 241.835, conforme acompanhamento financeiro até 30 de junho de 2014, a realização foi de R\$ 45.869, sendo R\$ 29.514 alocados como investimento, e R\$ 16.355 alocados como custeio..

A Eletrobras CGTEE revisou o Projeto Básico para lançamento de novo certame para a implantação do Sistema de Abatimento de Material Particulado e SO₂ na Fase B, que reduzirá as emissões atmosféricas da usina no meio ambiente.

Além disso, a Companhia também está executando o projeto de recomposição de 1.000 hectares de matas ciliares e/ou das áreas degradadas, localizadas nas bacias hidrográficas do Rio Jaguarão e Arroio Candiota. Trata-se do Projeto Árvores Nativas, realizado através do plantio em áreas de assentamento rural e que conta com a cooperação técnica do INCRA e da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul.

E, ainda, a Companhia está executando o projeto de revegetação na área de preservação permanente da bacia de acumulação da Barragem II, com o plantio de aproximadamente 240.000 mudas de espécies nativas. Embora o projeto preveja o plantio em áreas de terceiros, a Eletrobras CGTEE está envidando todos os esforços para assegurar o seu sucesso.

Conforme estimativa inicial (de 2011 a 2014), os valores envolvidos para os programas e projetos relacionados ao TAC, são os seguintes:

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PROGRAMA / PROJETO	TÍTULO	ESTIMADO 2011 a 2014 (em Reais)	SITUAÇÃO ATUAL
Projeto 01	Adequação ambiental Fase A	184.975.725,00	Projeto básico revisado
Projeto 02	Adequação ambiental Fase B	1.000.000,00	Elaboração do procedimento de descomissionamento
Projeto 03	Pavimentação das bacias de sedimentação	6.000.000,00	
Projeto 04	Rede de monitoramento	5.048.463,00	Em execução
Projeto 05	Modelagem de dispersão de gases na atmosfera	700.904,00	Concluído
Projeto 06.01	Medidas compensatórias (revegetação de 1.000 ha)	6.750.000,00	Em execução
Projeto 06.02	Medidas compensatórias (revegetação de 240.000 mudas)	2.650.000,00	Em execução
Projeto 06.03	Medidas compensatórias (Centro Cultural Candiota I)	7.750.000,00	Em execução
Programa 07	Programa de comunicação social	6.950.000,00	Em execução
Programa 08	Monitoramento de ruídos, gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes	5.965.663,00	Em execução
Programa 09	Monitoramento contínuo das emissões atmosféricas das chaminés (Fases A e B)	1.415.232,00	Em execução
Programa 10	Programa de operação das Fases A e B	-	Em execução
Projeto 11	Sistema de recirculação de efluentes líquidos	163.105,00	Concluído
Projeto 12	projeto piloto beneficiamento de carvão (contrato CRM)	-	Em execução
Projeto 13	Estudos relativos à saúde da população (convênios CEVS)	1.200.000,00	Concluído (Estudo independente)
Projeto 14	Multa (cláusula vigésima oitava do TAC)	11.265.908,00	Em execução
Total dos programas / projetos		241.835.000,00	

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém um programa de benefícios previdenciários pós-emprego, complementar ao programa da Previdência Social, administrado pela Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE, da qual é patrocinadora por contrato de adesão não solidário.

A Fundação ELETROCEEE é uma entidade fechada de previdência complementar de característica multipatrocinada, sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para administração de planos de benefícios previdenciários.

Participam do programa os empregados admitidos na Companhia. Os benefícios garantidos pelo programa são os seguintes: suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, pecúlio, suplementação de pensão, auxílio reclusão, auxílio doença e complementação do abano anual.

Os ativos do plano são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela Fundação ELETROCEEE.

Em decorrência de acordo coletivo de trabalho homologado em 1º de janeiro de 1997, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pela Previdência Oficial aos participantes regularmente inscritos na Fundação ELETROCEEE, nos termos de "benefício definido" e que não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a fruição do mencionado benefício pela mesma, até o atendimento destes requisitos, quando então serão definitivamente aposentados pela Fundação.

Desta forma, a Companhia provisionou os valores integrais dos compromissos futuros relativos às complementações salariais e às contribuições à Fundação, a serem pagas até o reconhecimento do benefício pela Fundação, considerando o prazo médio de pagamento deste benefício, incluindo décimo terceiro salário, ajustados a valor presente pela taxa de 12% ao ano.

Em 2013, a Companhia instituiu o Programa de Incentivo ao Desligamento – PID 2013, onde 124 empregados efetuaram a sua adesão. Estes empregados têm direito a uma compensação financeira e, assim, houve uma provisão de recursos.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores provisionados estão assim resumidos:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Plano de previdência complementar	-	16
Contribuição à ELETROCEEE	-	3
Programa de incentivo ao desligamento - PID 2013	2.709	3.327
Total Circulante	2.709	3.346
Programa de incentivo ao desligamento - PID 2013	1.696	1.696
Total Não Circulante	1.696	1.696
Total	4.405	5.042

19 Remuneração aos acionistas

A Companhia tem o seguinte saldo de dividendos a distribuir, relativos aos exercícios de 2010 e de 2011:

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dividendos a distribuir		
Eletrobras	62.666	59.670
Outros	18	17
Total	62.684	59.687

Segue movimentação no primeiro semestre de 2014:

Saldo em 31/12/2013	59.687
(+/-) Variação monetária sobre dividendos não distribuídos	2.997
Saldo em 30/06/2014	62.684

20 Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia tomou recursos junto a sua controladora para futuro aumento de capital. As obrigações advindas destas tomadas de recursos estão registradas no passivo não circulante.

A movimentação dos adiantamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2013</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Variação monetária</u>	<u>30/06/2014</u>
Contratos				
ECF 2840/2010	461	-	23	484
ECF 2941/2011	5.757	13.794	312	19.863
Total	6.218	13.794	335	20.347

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Outros passivos

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pesquisa e desenvolvimento (i)	13.292	12.578
Credores diversos (ii)	2.738	12.311
Total	<u>16.030</u>	<u>24.889</u>

(i) Pesquisa e desenvolvimento

A Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, estabelecendo em seu artigo 2º que "as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional em pesquisa e desenvolvimento".

A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 alterou a Lei nº 9.991, estabelecendo em seu artigo 12, que do total aplicado anualmente em pesquisa e desenvolvimento devem ser destinados 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 20% para o Ministério de Minas e Energia, a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e 40% em projetos desenvolvidos pela própria empresa.

Alinhado com as novas orientações para a realização de projetos de P&D, a Companhia está procurando investir no desenvolvimento de tecnologias para inovação do sistema de combustão do carvão e biomassa, mitigação ambiental e eficiência energética.

(ii) Credores diversos

A Companhia registra neste grupo apropriações de contas a pagar pelo reconhecimento de obrigações para fins operacionais diversos.

22 Imposto de renda e contribuição social

(a) Imposto de renda

O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social estão sendo calculados pelo regime de apuração do lucro real anual, de acordo com o artigo 2º da Lei nº 9.430/1996.

(b) Lei nº 12.973/2014

No dia 14 de Maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei 12.973/14 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos; (iii) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As disposições previstas na Lei 12.973/14 têm vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014. Antes, a opção pela antecipação dos novos critérios tributários poderia ser considerada vantajosa já que, eliminaria potenciais efeitos tributários, especialmente os relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação da MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

Porém, com a conversão desta Medida Provisória para o teor de Lei, a questão acerca da retroatividade da tributação de eventuais excessos de dividendos e juros sobre capital próprio deixou de ser um fator tão relevante perante a opção de antecipação pela adoção, uma vez que o texto fora da lei modificado a respeito da isenção de todos os contribuintes sob este aspecto - independente da antecipação pelo novo regime.

Portanto a administração optou pela não antecipação prevista na referida legislação tendo em vista os pontos elencados acima e ainda pelo fato da RFB não ter emitido regulamentação acerca do tratamento a ser aplicado diante de eventuais diferenças (entre RTT e o novo regime) na apuração de impostos ocorrida durante o primeiro semestre de 2014.

(c) Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

Em 30 de junho de 2014, a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro, de caráter imprescritível, nos valores de R\$ 1.382.152 (R\$ 913.694 em 30 de junho de 2013) e R\$ 1.382.389 (R\$ 913.931 em 30 de junho de 2013) respectivamente. O CPC 32 - Tributos sobre os Lucros estabelece condições para o registro contábil do ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Essas condições incluem expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, que comprovam a realização do ativo fiscal diferido. O ativo fiscal diferido sobre tais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras considerando que as condições para registro não estão asseguradas. Tais ativos representariam, em 30 de junho de 2014, respectivamente, R\$ 345.514 (R\$ 228.400 em 30 de junho de 2013) e R\$ 124.415 (R\$ 82.254 em 30 de junho de 2013).

(d) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	30/06/2014		30/06/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes ajuste RTT	(275.793)	(275.793)	(279.722)	(279.722)
Ajustes contábeis RTT	-	-	-	-
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(275.793)	(275.793)	(279.722)	(279.722)
Efeitos líquido de provisões temporariamente não dedutíveis - constituídas/(realizadas)	(49.330)	(49.330)	95.870	95.870
	(325.123)	(325.123)	(183.852)	(183.852)
Despesas não dedutíveis	3.164	3.164	3.372	3.372
Lucro real e base da CSLL antes das compensações	(321.959)	(321.959)	(180.480)	(180.480)
Compensações (prejuízos fiscais e Base negativa da CSLL)	-	-	-	-
Base de cálculo do IRPJ e CSLL após compensações	(321.959)	(321.959)	(180.480)	(180.480)
IRPJ e CSLL do período	-	-	-	-

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O capital social, totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias nominativas, sem valores nominais, pertencentes a acionistas domiciliados no país.

As ações estão distribuídas conforme segue:

	Quantidade de ações em 30/06/2014 e em 31/12/2013			
	Ordinárias	Total	Saldo em R\$ mil	Percentual
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	8.161.020.279	8.161.020.279	845.461	99,993%
Outros	592.355	592.355	77	0,007%
Subtotal	8.161.612.634	8.161.612.634	845.538	100,000%
(-) Ações em tesouraria	(224.279)	(224.279)	(28)	-
Total	8.161.388.355	8.161.388.355	845.510	100,000%

23.2 Reserva de lucros

Em 30 de junho de 2014, é constituída unicamente pela reserva legal.

	30/06/2014	31/12/2013
Reserva Legal	2.596	2.596
Total	2.596	2.596

24 Receita operacional líquida

	30/06/2014	2º trimestre de 2014	30/06/2013	2º trimestre de 2013
Suprimento de energia elétrica	175.083	90.578	130.974	72.718
Venda de cinzas	1.751	859	1.906	945
Aluguéis	13	5	-	-
Total receita operacional bruta	176.847	91.442	132.880	73.663
ICMS	(163)	(83)	(155)	(77)
COFINS	(10.951)	(4.460)	(9.000)	(4.499)
PIS/PASEP	(2.377)	(968)	(1.954)	(977)
Total impostos e contribuições	(13.491)	(5.511)	(11.109)	(5.553)
RGR	(3.374)	(1.687)	(7.477)	(3.739)
P&D	(1.063)	(306)	(1.155)	(643)
Total encargos setoriais	(4.437)	(1.993)	(8.632)	(4.382)
Total deduções à receita operacional	(17.928)	(7.504)	(19.741)	(9.935)
Total	158.919	83.938	113.139	63.728

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR's) do 1º leilão de energia nova preveem ressarcimento às concessionárias clientes, por parte da Companhia, nos casos de indisponibilidade na geração das usinas da Companhia. A Companhia contabiliza sua receita com base no valor líquido a receber, já considerando eventuais ressarcimentos, conforme regras de comercialização da CCEE.

Em 30 de junho de 2014, a Companhia efetuou ressarcimentos na ordem de R\$ 5.390 (R\$ 193.089 em 30 de junho de 2013). Esta redução nos ressarcimentos já reflete uma significativa elevação da receita no primeiro semestre de 2014 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

25 Custos e despesas operacionais

	30/06/2014			30/06/2013		
	Custo operacional	Despesa operacional	Total	Custo operacional	Despesa operacional	Total
Energia comprada para revenda	(125.993)	-	(125.993)	(122.259)	-	(122.259)
Encargos de uso da rede	(14.172)	-	(14.172)	(12.162)	-	(12.162)
Pessoal	(39.769)	(17.868)	(57.637)	(39.611)	(54.729)	(94.340)
Materiais	(45.793)	(139)	(45.932)	(44.574)	(126)	(44.700)
Serviços de Terceiros	(40.640)	(6.528)	(47.168)	(25.901)	(3.610)	(29.511)
Depreciação e Amortização	(35.945)	(542)	(36.487)	(35.610)	(572)	(36.182)
Provisões para contingências	-	(25)	(25)	-	(1.024)	(1.024)
Matéria-Prima e Insumos Prod. Energia Elétrica	(63.607)	-	(63.607)	(93.812)	-	(93.812)
(-) Recup.Despesas Subvenção Combustíveis	58.151	-	58.151	88.418	-	88.418
Outras	(7.558)	1.539	(6.019)	(1.395)	(12.380)	(13.775)
Total	(315.326)	(23.563)	(338.889)	(286.906)	(72.441)	(359.347)

	2º trimestre de 2014			2º trimestre de 2013		
	Custo operacional	Despesa operacional	Total	Custo operacional	Despesa operacional	Total
Energia comprada para revenda	(85.610)	-	(85.610)	(280)	-	(280)
Encargos de uso da rede	(7.169)	-	(7.169)	(6.172)	-	(6.172)
Pessoal	(21.470)	(9.315)	(30.785)	(19.977)	(47.603)	(67.580)
Materiais	(25.592)	(87)	(25.679)	(22.536)	(68)	(22.604)
Serviços de Terceiros	(25.226)	(3.221)	(28.447)	(11.627)	(2.242)	(13.869)
Depreciação e Amortização	(17.827)	(269)	(18.096)	(18.176)	(259)	(18.435)
Provisões para contingências	-	(25)	(25)	-	(1.024)	(1.024)
Matéria-Prima e Insumos Prod. Energia Elétrica	(31.416)	-	(31.416)	(43.452)	-	(43.452)
(-) Recup.Despesas Subvenção Combustíveis	29.076	-	29.076	40.879	-	40.879
Outras	(3.096)	3.473	377	(4.406)	(10.857)	(15.263)
Total	(188.330)	(9.444)	(197.774)	(85.747)	(62.053)	(147.800)

25.1 Energia comprada para revenda

No primeiro semestre de 2014, assim como no mesmo período de 2013, a Companhia precisou adquirir energia elétrica para cumprir seus contratos de comercialização.

A Companhia mantém dois contratos de compra de energia, um de 55 MW médios mensais e outro de 80 MW médios mensais, junto à Eletronorte, com vigência até dezembro de 2023. Para demandas adicionais, a Companhia recorre ao Mercado de Curto Prazo da CCEE.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo foi assim composto:

	30/06/2014		30/06/2013	
	R\$ mil	MWh (*)	R\$ mil	MWh (*)
Custo				
Energia elétrica comprada para revenda	125.993	822.992	122.259	397.944
	125.993	822.992	122.259	397.944

* Dados não revisados pelos auditores independentes

25.2 Pessoal

Em 30 de junho de 2013, a Companhia efetuou uma provisão de R\$ 39.950 para efetivação de um programa de incentivo à desligamento de pessoal, o que representou um grande acréscimo nos gastos de pessoal naquele período. Em 30 de junho de 2014, o programa de desligamento de pessoal encontra-se concluído, sem qualquer impacto no resultado do período.

26 Resultado financeiro

	30/06/2014	2º trimestre de 2014	30/06/2013	2º trimestre de 2013
Rendimento de aplicações financeiras	724	610	463	108
Variações cambiais ativas (i)	27.225	4.969	37.692	27.475
Outras receitas financeiras	612	261	374	186
Total Receitas	28.561	5.840	38.529	27.769
Encargos de dívida	(90.317)	(45.005)	(40.528)	(16.538)
Variações cambiais passivas (i)	(34.593)	(8.161)	(29.338)	(17.414)
Outras despesas financeiras	(4.010)	(1.758)	(2.394)	(1.460)
Total Despesas	(128.920)	(54.924)	(72.260)	(35.412)
Total	(100.359)	(49.084)	(33.731)	(7.643)

(i) Variações cambiais

A Companhia mantém transações em moeda estrangeira com fornecedores. Estas transações referem-se a equipamentos que ainda dependem de desembaraço aduaneiro para serem incorporados pela Companhia. A maior cotação do dólar no primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013 explica o aumento da exposição da Companhia à variação cambial.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e o chefe da auditoria interna.

	30/06/2014	2º trimestre de 2014	30/06/2013	2º trimestre de 2013
Remuneração	581	263	646	305
Encargos sociais	140	63	163	77
Benefícios	51	35	147	132
Total	772	361	956	514

28 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: contas a receber de clientes, direito de ressarcimento, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado.

	30/06/2014	31/12/2013
Recebíveis		
Clientes	62.134	72.854
Direito de ressarcimento - CCC/CDE	91.250	31.793
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	25.673	17.103
Total ativos financeiros	179.057	121.750
Mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.868.754	1.575.972
Fornecedores	217.812	208.185
Total passivos financeiros	2.086.566	1.784.157

A Companhia não efetuou durante o trimestre findo em 30 de junho de 2014, operações com características de derivativos, definidos no CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

A Companhia mantém contratos de fornecimentos de Carvão com a CRM - Companhia Rio-grandense de Mineração, para atender suas unidades de produção em Candiota/RS. Em relação a estes contratos, a Companhia detém direitos de recebimento de subvenção para aquisição de combustíveis para produção de energia através da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), administrada pela Eletrobras. Desta forma, a maior parcela dos gastos com combustíveis destinados à geração é subsidiada.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Estimativa do valor justo

A Companhia pressupõe que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a eventual estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);
- iii) Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Abaixo, a Companhia apresenta o saldo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado:

	30/06/2014	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	25.673	25.673
Total	25.673	25.673

	31/12/2013	
	Nível 1	Total
Caixa e equivalentes de caixa	17.103	17.103
Total	17.103	17.103

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos, quando mantidos pela Companhia, são incluídos no Nível 1.

A Companhia não mantém instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), tais instrumentos, quando existem, têm seus valores determinados mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Acrescenta-se, também, que a Companhia não detém instrumentos financeiros classificáveis no Nível

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Os instrumentos financeiros são classificáveis neste nível quando uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado.

O CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" estabeleceu mecanismos para a divulgação do valor de mercado dos instrumentos financeiros reconhecidos, ou não, nas demonstrações financeiras. Todos os ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras e outros), incluídos nas presentes demonstrações financeiras intermediárias, não apresentam diferenças entre o valor de mercado e o contábil.

30 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar sua estrutura de capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e qualidade nas obrigações previstas no contrato de concessão, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução dos seus custos.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

Os índices de alavancagem financeira podem ser sumariados conforme abaixo:

	30/06//2014	31/12/2013
Financiamentos e empréstimos	1.868.754	1.575.972
Fornecedores	217.812	208.185
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(25.673)	(17.103)
(-) Conta de consumo de combustíveis - CCC/CDE	(91.250)	(31.793)
Dívida líquida	1.969.643	1.735.261
Patrimônio líquido	(373.521)	(97.728)
Total do capital	1.596.122	1.637.533
Índice de alavancagem financeira	123,4%	106,0%

31 Gestão de risco financeiro

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico/financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

a) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia tem, como ativos em moeda estrangeira, adiantamentos a fornecedores; como passivos, importação de materiais.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ativos		
Dólar norte-americano	276.632	290.968
Total	<u>276.632</u>	<u>290.968</u>

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Passivos		
Dólar norte-americano	159.376	169.519
Total	<u>159.376</u>	<u>169.519</u>

b) Risco com taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa.

	<u>30/06/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Passivos		
Selic	980.181	691.018
IPCA	807.927	776.537
Juros contratuais	100.993	114.635
Total	<u>1.889.101</u>	<u>1.582.190</u>

c) Risco de liquidez

A Companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Passivos	30/06/2014			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	217.812	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	293.666	303.739	816.786	454.564
Obrigações estimadas	13.760	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	20.347	-	-
Total	525.238	324.086	816.786	454.564

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos	31/12/2013			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	208.185	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	271.350	239.108	585.968	479.546
Obrigações estimadas	20.442	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.218	-	-
Total	499.977	245.326	585.968	479.546

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações permitindo que a Companhia identifique se irá encontrar dificuldades que possam afetar a capacidade de pagamento da empresa, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

d) Risco de preço

Com a Lei nº 12.783/13, a remuneração das concessionárias geradoras hídricas passa a ser por tarifa determinada pela ANEEL. Já os contratos da Companhia se manterão inalterados até a divulgação, pela ANEEL, das regras de renovação das concessões térmicas.

Nas situações em que a Companhia precisa adquirir energia para complementar sua geração própria, ela o faz no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ficando, assim, exposta à variação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

e) Risco quanto à escassez de energia no mercado

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, já que parte da energia vendida pela Companhia é adquirida no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), energia esta gerada basicamente por usinas hidrelétricas, que dependem do volume de água em seus reservatórios para funcionamento. Um período prolongado de escassez de chuva pode reduzir o volume de água dos reservatórios das usinas e resultar em perdas devido ao aumento dos custos com compra de energia elétrica necessária para a Companhia cumprir seus contratos de suprimento.

Quando há escassez de chuva, as usinas térmicas são despachadas pelo ONS à plena carga (despacho por mérito) para otimização do sistema. O despacho por mérito é limitado à disponibilidade da usina (índices de indisponibilidades - TEIP e TEIF), e estes índices entram no cálculo da garantia física.

- (i) Os índices de indisponibilidades (TEIP e TEIF) reduzem a garantia física do agente.
- (ii) Quando a soma dos 12 meses das garantias físicas for menor que a soma dos 12 meses dos contratos (lastro de venda) o agente é penalizado.

Pelas regras de mercado, o agente pode firmar contrato de compra de energia para constituir sua garantia física e assim reduzir sua exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) e reduzir a penalidade por insuficiência de lastro.

A exposição ao mercado de curto prazo é calculada com base no PLD.

A penalidade será determinada com base no montante de insuficiência de lastro multiplicado pela

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

média ponderada mensal dos PLD's dos períodos de apuração em que se verificou a insuficiência de lastro ou o Valor Anual de Referência (VR), o que for maior.

Em 2014, o valor do VR é de R\$ 97,64/MWh (R\$ 129,51/MWh em 2013) - conforme nota técnica nº 010/2012 SEM/ANEEL, de 23 de janeiro de 2012.

32 Análise de sensibilidade

32.1 Moeda estrangeira

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos expostos à variação cambial em quatro cenários: dois com elevação das taxas de câmbio e dois com diminuição ao final de 2014.

a) Depreciação dos índices

Ativos	Saldo em moeda estrangeira em milhares em 30/06/2014	Saldo em milhares de R\$ em 30/06/2014	Cotação em R\$			Valor em milhares de R\$		
			Cenário provável em 2014	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2014	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar	125.599	276.632	2,4000	1,8000	1,2000	301.438	226.078	150.719
Total	125.599	276.632	-	-	-	301.438	226.078	150.719

Passivos	Saldo em moeda estrangeira em milhares em 30/06/2014	Saldo em milhares de R\$ em 30/06/2014	Cotação em R\$			Valor em milhares de R\$		
			Cenário provável em 2014	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2014	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar	72.361	159.376	2,4000	1,8000	1,2000	173.666	130.250	86.833
Total	72.361	159.376	-	-	-	173.666	130.250	86.833

b) Apreciação dos índices

Ativos	Saldo em moeda estrangeira em milhares em 30/06/2014	Saldo em milhares de R\$ em 30/06/2014	Cotação em R\$			Valor em milhares de R\$		
			Cenário provável em 2014	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2014	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar	125.599	276.632	2,4000	3,0000	3,6000	301.438	376.797	452.156
Total	125.599	276.632	-	-	-	301.438	376.797	452.156

Passivos	Saldo em moeda estrangeira em milhares em 30/06/2014	Saldo em milhares de R\$ em 30/06/2014	Cotação em R\$			Valor em milhares de R\$		
			Cenário provável em 2014	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2014	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar	72.361	159.376	2,4000	3,0000	3,6000	173.666	217.083	260.500
Total	72.361	159.376	-	-	-	173.666	217.083	260.500

32.2 Taxa de juros

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas, ao final de 2014. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros variável.

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Depreciação dos índices

Passivos	Saldo em 30/06/2014	Índice (%)			Valor		
		Cenário provável em 2014	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário provável em 2014	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Selic	980.181	11,0000	8,2500	5,5000	1.034.091	1.020.613	1.007.136
IPCA	807.927	6,4600	4,8450	3,2300	834.023	827.499	820.975
Total	1.788.108	-	-	-	1.868.114	1.848.112	1.828.111

b) Apreciação dos índices

Passivos	Saldo em 30/06/2014	Índice (%)			Valor		
		Cenário provável em 2014	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário provável em 2014	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Selic	980.181	11,0000	13,7500	16,5000	1.034.091	1.047.568	1.061.046
IPCA	807.927	6,4600	8,0750	9,6900	834.023	840.547	847.071
Total	1.788.108	-	-	-	1.868.114	1.888.115	1.908.117

33 Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada integral da Eletrobras. Até 30 de junho de 2014, a Companhia realizou transações com empresas do grupo Eletrobras conforme demonstrado abaixo:

Ativos	Clientes	Direito de ressarcimento - CCC/CDE	30/06/2014	31/12/2013
CEAL	241	-	241	313
CEPISA	118	-	118	202
ELETROACRE	-	-	-	-
CELG-D	733	-	733	1.176
ELETROBRAS	-	91.250	91.250	31.794
Total do ativo	1.092	91.250	92.342	33.485

Passivos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Dividendos a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Outros passivos	30/06/2014	31/12/2013
FURNAS	210	-	-	-	-	210	213
CHESF	168	-	-	-	-	168	170
ELETROSUL	214	-	-	-	-	214	221
ELETRONORTE	27.838	-	-	-	-	27.838	91
ELETROBRAS	-	1.868.754	62.666	20.347	395	1.952.162	1.642.255
Total do passivo	28.430	1.868.754	62.666	20.347	395	1.980.592	1.642.950

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Receitas	Venda de energia	Ressarcimento de combustíveis	30/06/2014	30/06/2013
CEAL	988	-	988	1.695
CEPISA	1.094	-	1.094	1.465
ELETROACRE	-	-	-	30
CELG-D	3.795	-	3.795	8.910
ELETOBRAS	-	58.151	58.151	88.418
Total da receita	5.877	58.151	64.028	100.518

Despesas	Compra de energia	Uso da rede elétrica	Despesa financeira	30/06/2014	30/06/2013
FURNAS	-	(1.013)	-	(1.013)	(1.095)
CHESF	-	(813)	-	(813)	(40.665)
ELETROSUL	-	(1.034)	-	(1.034)	(916)
ELETRONORTE	(71.467)	(666)	-	(72.133)	(567)
ELETOBRAS	-	-	(90.267)	(90.267)	(40.528)
Total da despesa	(71.467)	(3.526)	(90.267)	(165.260)	(83.771)

34 Compromissos operacionais de longo prazo

Os principais compromissos operacionais de longo prazo da Companhia são os seguintes:

a) Venda de energia

A Companhia fornece energia de acordo com contratos firmados através dos seguintes leilões de energia:

- 2º Leilão de energia de empreendimentos já existentes: contratos vigentes até o ano de 2015;
- 4º Leilão de energia de empreendimentos já existentes: contratos vigentes até o ano de 2016;
- 1º Leilão de energia de novos empreendimentos: contratos vigentes até o ano de 2024.

Os saldos estimados relativos à venda de energia para os próximos anos estão mostrados a seguir:

	Venda de energia 2º leilão	
	R\$ mil	MWh
2015	113.295	867.000
Total	113.295	867.000

	Venda de energia 4º leilão	
	R\$ mil	MWh
2015	40.005	283.700
2016	21.003	141.850
Total	61.008	425.550

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Venda de energia 1º leilão	
	R\$ mil	MWh
2015	493.080	2.557.900
2016/2017	1.061.355	5.115.800
2018/2019	1.170.144	5.115.800
Após 2019	3.094.865	11.510.550
Total	5.819.444	24.300.050

b) Aquisição de combustíveis

A Companhia adquire carvão mineral da Companhia Rio-grandense de Mineração (CRM), com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de carvão	
	R\$ mil	Toneladas
2015	156.673	3.288.000
2016/2017	209.236	4.182.000
2018/2019	182.220	3.384.000
Após 2019	481.946	7.614.000
Total	1.030.075	18.468.000

c) Aquisição de insumos

A Companhia adquire cal, para controle das emissões de resíduos das suas usinas, com a seguinte previsão para os próximos exercícios:

	Aquisição de cal	
	R\$ mil	Toneladas
2015	40.498	101.380
2016/2017	87.173	202.760
2018/2019	96.108	202.760
Após 2019	51.687	101.380
Total	275.466	608.280

d) Compra de energia

A Companhia mantém contratos de compra de energia com a Eletronorte. Abaixo, segue previsão de desembolso para os próximos exercícios:

	Compra de energia	
	R\$ mil	MWh
2015	88.200	491.040
2016/2017	176.400	982.080
2018/2019	176.400	982.080
Após 2019	352.800	1.964.160
Total	793.800	4.419.360

Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

Risco	Data de vencimento			30/06/2014	31/12/2013
		Importância Segurada	Prêmio total	Prêmio a apropriar	Prêmio a apropriar
Riscos diversos - Monit. Ambiental	31.12.14	2.521	46	23	-
Responsabilidade Civil Fase C	31.12.14	20.000	215	107	-
Compreensivo empresarial	10.12.14	38.112	166	74	-
Riscos Operacionais Fase C	31.12.14	1.100.000	4.567	2.283	-
Riscos Operacionais Fase A e B	31.12.14	966.100	1.315	658	-
Roubo incêndio e colisão	16.06.14	2.500	15	-	-
		<u>2.129.233</u>	<u>6.324</u>	<u>3.145</u>	<u>-</u>

A Companhia não apresentava saldos de prêmios a apropriar em 31 de dezembro de 2013.

* * *

**Companhia de Geração Térmica
de Energia Elétrica**

**Notas explicativas selecionadas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias condensadas em 30 de junho de 2014**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sereno Chaise
Presidente

Clóvis Ilgenfritz da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com o Mercado

Luiz Henrique de Freitas Schnor
Diretor Técnico e de Meio Ambiente

Sandro Figueiredo de Oliveira
Diretor Administrativo

João Luis Lucas Maracci
Contador CRC-RS 46.907